

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-OL - 13/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAP	Maurício Magossi (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos (T)
	Thais Regina Vicente (S)
BRK Ambiental	Daiane dos Santos Cardoso (S)
CATI	Antônio Lopes Júnior (T)
DAE Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
DAE Jundiá	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Daniilo Resende de Moraes (S)
DAE Valinhos	Daniel Maeda (T)
	Camila Augusto Euphrosino (S)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (T)
INEVAT	Cecília de Barros Aranha (T)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Malosso (T)
P.M. de Indaiatuba	Adriano Prochowski (T)
P.M. de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite (T)
P.M. de Limeira	Fabio Leandro Ferraz Peixoto (S)
P.M. de Salto	Angélica Semiguen (T)
	Alice Takako Hirose (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (T)
SAAE Salto	Silvia Telles (S)
SABESP	Bruno Sales Bitencourt Costa (T)
SANASA	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
	Thais Regina Vicente (S)
SINDAREIA	José Edvaldo Tietz (T)
	Jorge Edison Di Rito (S)
SP Águas	Cecília de Barros Aranha (T)
	Ariana Rosa Bueno Damiano (S)

Entidades ausentes
CIESP - DR Bragança Paulista
Edisonda
FRC Ambiental
P.M. de Jaguariúna
P.M. de Jarinu
P.M. de Louveira
P.M. de Várzea Paulista
Pró-Flor Atibaia
Renove
SAAE Atibaia
SANEBAVI
Semear Consultoria
Sindicato Rural de Atibaia
Ypê-Salto

Demais presentes	
Agência das Bacias PCJ	Jaqueline Costa

	Nathalia Corá
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
GEOBLUE	Liandra dos Anjos Leite

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos doze dias de dezembro de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 06 de dezembro de 2024. **1. Abertura da 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL):** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Cecília de Barros Aranha, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e coordenadora da CT-OL. Em seguida, agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. **2. Informes:** A Sra. Cecília passou para os informes. **2.1. Informes da Coordenação:** Não houve informes. **2.1.1. Sobre o Plano de Trabalho:** A Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) informou que a pedido do Sr. Denis Herisson da Silva, Secretário Executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL foi reservado um espaço na pauta de informes da coordenação para repasses aos membros sobre o andamento das ações previstas no Plano de Trabalho ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 471/24, de 05/04/2024](#)). Explicou que o Plano de Trabalho é elaborado a cada dois anos e o intuito deste informe é atualizar os membros sobre seu andamento. Comentou que o plano é composto por três categorias: **i.** Categoria A (Demandas da Secretaria Executiva); **ii.** Categoria B (Temas para discussão) e **iii.** Categoria C (Eventos), e neste espaço serão abordadas as propostas situadas na Categoria B. Na sequência, a Sra. Cecília relatou sobre o andamento das duas ações do plano, sendo **i.** desenvolver atividades relacionadas a efetivação da alteração de classe do Rio Jundiá; **ii.** integração de legislação voltada à regularização de usos e interferências em Recursos hídricos em meios urbanos e rurais. Mencionou que ambas as atividades estão em andamento de forma contínua. **2.2. Informes dos membros:** a Sra. Cecília questionou os membros sobre os informes e não houve

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-OL - 13/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

solicitação. **2.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Cecília passou a palavra para a Sra. Tainá, para realizar os seguintes informes: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-OL e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante do seguinte membro: **i. Ypê Salto:** solicitando a inclusão das Sras. Erica Casagrande Moura e Tamires Cristina Camilotti Moraes para representantes suplentes. Como essa alteração é de uma entidade já participante, a Sra. Tainá destacou que o informe é apenas para ciência sem a necessidade de aprovação dos membros da CT; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões da CT-OL:** Informou as próximas reuniões do 1º semestre de 2025, previstas para o dia 21/02/2025 por videoconferência, 11/04/2025 presencial em Jaguariúna/SP e 27/06/2025 por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-OL no site dos Comitês PCJ. **3. Aprovação das minutas de ata e memorias técnicas das reuniões anteriores:** A Sra. Cecília informou que a minuta da ata da 111ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 18/10/24, presencial, em Campinas/SP e as

Memorias Técnicas da 12ª Reunião do Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos D'água (GT-Enquadramento), realizada em 30/07/24 e a 12ª Reunião do Grupo de Trabalho de Usos da Água, Legislação e Difusão de Informações em Recursos Hídricos (GT-Usos da Água e Difusão), realizada em 18/09/24, ambas por videoconferência, foram enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo das minutas. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Repasses – GT-Usos da Água e Difusão:** O Sr. Antônio Lopes Júnior, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e coordenador do GT-Usos da (CT-OL) informou que iniciou uma análise detalhada sobre a solicitação de outorga para irrigação de uma área no Rio Sorocaba. A proposta envolvia uma vazão máxima de 250 m³/h (duzentos e cinquenta metros cúbicos por hora), com operação por 6 (seis) horas diárias, durante 10 (dez) dias por mês, totalizando 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos) de volume diário de água, utilizando irrigação por pivô central. Mencionou alguns cálculos e simulou a necessidade de irrigação com base nas condições climáticas e nas características das culturas que seriam plantadas, utilizou ferramentas da CATI, como um sistema de estimativa de lâmina d'água para calcular a necessidade hídrica de irrigação em milímetros. A partir de dados de evapotranspiração e precipitação, elaborou diferentes cenários de irrigação, levando em consideração a soja, feijão, milho e outras culturas, com o objetivo de entender o volume real de água necessário para a irrigação. Ao comparar os resultados de suas simulações com o volume solicitado de 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos) diários. O Sr. Antônio constatou que o valor pedido pelo produtor estava muito acima do que seria realmente necessário, chegando a quase o dobro da estimativa calculada, nesse sentido, em situações extremas, o produtor estaria solicitando mais água do que a necessidade real da lavoura. Além disso, a vazão de captação poderia representar um risco ao recurso hídrico, especialmente em momentos de baixa vazão no rio, o que poderia afetar outros usuários da água. O Sr. Antônio ressaltou a



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-OL - 13/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

importância de considerar o tipo de equipamento de irrigação que o produtor pretende usar, já que a capacidade de bombeamento pode impactar a disponibilidade de água no rio. Sugeriu que, para um projeto de irrigação dessa magnitude, seria necessário analisar a compatibilidade entre a demanda hídrica e a capacidade do sistema de irrigação, garantindo que não houvesse danos aos recursos hídricos. O Sr. Antônio utilizou dados de estações meteorológicas e de balanço hídrico disponíveis no site Agroclima, uma ferramenta que fornece informações detalhadas sobre o clima e a necessidade de irrigação por cultura. Comentou que os dados fornecidos pelo site, como as estações espalhadas pelo estado de São Paulo e as simulações de déficits hídricos, seriam extremamente úteis para o produtor tomar decisões e ajustar sua solicitação de outorga de forma mais precisa. Sugeriu para que a solicitação fosse mais alinhada com a realidade da demanda hídrica, o produtor poderia revisar sua estimativa de uso de água, levando em consideração os cálculos realizados e a infraestrutura de irrigação proposta, para evitar impactos negativos nos recursos hídricos e atender às necessidades dos demais usuários do rio. A Sra. Cecília destacou a necessidade de discutir e estabelecer critérios claros para a outorga de água, sugerindo que essas discussões possam resultar em diretrizes ou propostas formais. Embora o Sr. Antônio tenha feito os cálculos, a Sra. Cecília disse que o mais importante é garantir que todos tenham acesso às informações por meio de sites de consulta. Ressaltou a preocupação com o impacto da retirada de água para irrigação, especialmente no Rio Sorocaba, que é utilizado para abastecimento público. Enfatizou a importância de avaliar a distância das captações e seus efeitos sobre o abastecimento. Lembrou que o momento da consulta pública sobre a legislação de outorga é uma boa oportunidade para todos contribuírem com sugestões, e reforçou a necessidade de práticas mais sustentáveis, como evitar o uso de água de grandes represas para irrigação em regiões com escassez hídrica. O Sr. Antônio enfatizou a importância de considerar a eficiência no uso da água pelos produtores, especialmente aqueles que adotam sistemas de irrigação sustentável, como o de gotejamento. Informou que vazamentos em sistemas de irrigação podem causar danos ambientais e estruturais, como erosão e contaminação da água. Sugeriu que a concessão de

outorga deve levar em conta o nível de tecnologia e sustentabilidade adotado pelos produtores, citando exemplos de leis que incentivam práticas eficientes, como em Americana. Mencionou a importância de apoiar os produtores com linhas de crédito e programas ambientais. Por fim, convidou os membros a participarem das próximas reuniões do GT-Usos para aprofundar essas discussões. **5. Repasses – GT-Enquadramento dos Corpos d'água:** O Sr. Danilo Resende de Moraes, representante da DAE Jundiá fez referência à 12ª Reunião do GT-Enquadramento, ressaltando sua preocupação com a aprovação do último relatório, e que caso este não fosse aprovado, sugeriu que fosse utilizado o relatório de 2019-2020 para o 5º Webinário Conversando sobre o rio Jundiá. Mencionou que teve acesso ao relatório com uma semana de antecedência ao webinário que ocorreu em setembro/24. Além disso, destacou que o Sr. Domenico Tremarolli, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) apresentou o panorama geral e o Relatório Técnico sobre o “Acompanhamento do Atendimento às Metas de Atualização do Enquadramento em Trechos do Rio Jundiá” (2021-2022-2023). O Sr. Danilo reforçou a relevância da participação social para a melhoria da qualidade dos rios, enfatizando que a população precisa cobrar responsabilidades de diversos atores, como empresas, prefeituras e agências ambientais. Mencionou que o estado de São Paulo, com apoio do BID, realizou serviços técnicos para o desenvolvimento de diretrizes e critérios para o enquadramento dos corpos d'água, o relatório final, datado em maio/2023, pode ser consultado no site neste [link](#). O Sr. Danilo sugeriu tornar o conteúdo técnico do relatório mais acessível, com foco na explicação de parâmetros como Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), coliformes termotolerantes (E.coli) e fósforo, possibilitando a compreensão do público em geral. Além disso, propôs a inclusão de um subtema sobre as crises hídricas e climáticas no próximo webinário, conforme a análise do professor Antônio Carlos Zuffo a respeito da crise hídrica. Sugeriu uma maior integração entre as Câmaras Técnicas e a importância de sensibilizar os consumidores de água do Rio Jundiá sobre o impacto do uso desse recurso, a fim de aumentar o engajamento nas metas de reenquadramento. Outra ideia foi dividir o próximo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-OL - 13/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

evento em dois períodos, conforme sugerido pelo Sr. Domênico. Propôs a realização de uma recapitulação das discussões do ano anterior, oferecendo uma síntese para manter o tema atualizado. Ressaltou a necessidade das recomendações do relatório serem mais específicas, com responsabilidades claramente atribuídas a diferentes entidades, como quem deve realizar as análises de qualidade e quantidade da água, e sugeriu discutir esses pontos no webinário, com contribuições de diferentes setores e municípios. Na sequência, a Sra. Tainá lembrou que foi aprovado o orçamento das câmaras técnicas para o ano de 2025 ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 496/24, de 10/12/2024](#)), com base no Plano de Trabalho (2024-2025) das CTs. No plano da CT-OL foram previstos dois eventos de meio período. Portanto, nesse momento não será possível realizar um evento com dois períodos (manhã e tarde). Destacou que a CT-OL pode prever essa demanda na elaboração do próximo Plano de Trabalho. **6. Apresentação das Outorgas realizadas no território das Bacias:** A Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e coordenadora-adjunta da CT-OL informou que a SP Águas possui um Termo de Cooperação Técnica com a Agência das Bacias PCJ, para o desenvolvimento de ações conjuntas na área da gestão integrada dos recursos hídricos. Nesse sentido, apresentou o Relatório Gerencial de 2024, com o balanço da Bacia do Médio Tietê, abrangendo as Bacias PCJ e Sorocaba e Médio Tietê. Em 2024, foram recebidos 6.152 (seis mil, cento e cinquenta e dois) requerimentos de outorga no sistema eletrônico, sendo 4.571 (quatro mil, quinhentos e setenta e um) provenientes do PCJ. Foram analisados 4.832 (quatro mil, oitocentos e trinta e dois) requerimentos, com a empresa Hidrostudio Engenharia sendo responsável por 1.967 (mil, novecentos e sessenta e sete) relatórios sobre interferências e usos interferentes. Apresentou um gráfico mostrando a evolução dos processos nos últimos cinco anos, com destaque para o aumento em 2021, quando a eliminação de processos físicos começou com a implementação do sistema eletrônico, em 2017. As interferências só passaram a ser digitalizadas em 2020 e 2021. Em relação aos tipos de requerimentos, a maioria se refere à captação subterrânea, seguida de interferências, como barramentos e travessias, com 67% (sessenta e sete por cento) das análises relacionadas a

poços. Mencionou sobre o Sistema para declaração das condições de uso de Captações (SiDeCC) e (SiDeCC-R) que permite a leitura remota de medidores, com dados sendo coletados a cada 10 minutos. Atualmente, a Agência das Bacias PCJ possui 5.633 (cinco mil, seiscentos e trinta e três) usos monitorados, 198 (cento e noventa e oito) no SiDeCC-R, e 115 (cento e quinze) na Agência das Bacias PCJ. Em termos de fiscalização, foram fiscalizadas 1.281 (mil duzentos e oitenta e um) propriedades até novembro de 2024, com 1.581 (mil quinhentos e oitenta e um) boletins aplicados. A empresa terceirizada auxilia apenas nas Bacias PCJ, enquanto outra empresa é responsável pela fiscalização na bacia Sorocaba e Médio Tietê, e espera-se a formalização de um novo contrato para o próximo ano. O relatório também apresentou dados sobre penalidades aplicadas no SiDeCC e SiDeCC-R, totalizando 2.493 (dois mil quatrocentos e noventa e três) penalidades, sendo 1.763 (mil setecentos e sessenta e três) nas Bacias PCJ. Além disso, foi discutida a alta demanda na bacia, o que tem dificultado o cumprimento dos prazos para atendimento dos requerimentos. O número de atendimentos realizados pelo canal de ouvidoria e o sistema SiDeCC foi de 2.539 (dois mil quinhentos e trinta e nove), com uma média de 37 atendimentos diários. Embora tenha ocorrido certa demora nas respostas, o processo tem melhorado ao longo do ano. **7. Outros assuntos:** A Sra. Cecília abriu para outros assuntos e não houve solicitação. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ariana Damiano, coordenadora-adjunta da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora da CT-OL

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora-adjunta da CT-OL